

EM DEFESA DAS E DOS DOCENTES, DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, DOS DIREITOS SOCIAIS E DA DEMOCRACIA

**ELEIÇÕES
ADUSP
2023**

Anunciamos aqui, mais uma vez, o compromisso com o processo de construção de uma chapa para concorrer às eleições da Diretoria da Adusp em maio deste ano.

O atual mandato, assim como o anterior (biênio 2019-2021), foram exercidos em um contexto muito especial. Ao cotidiano de desigualdades e injustiças, tivemos que acrescentar as consequências da pandemia de Covid-19 e os ataques sistemáticos do governo recém terminado à democracia, ao conhecimento científico, à educação, aos direitos sociais, aos direitos da natureza, das comunidades tradicionais, dos povos originários, das pessoas com deficiência, dos migrantes, às identidades de gênero, ao pertencimento étnico-racial, à diversidade sexual e, de forma ainda mais perversa, à saúde e à vida.

Inspirados pelos valores humanitários e de justiça social, resistimos e participamos ativamente do movimento que nas ruas e nas urnas acalentou o sonho de colocar um ponto final nesse ambiente de ataque cotidiano a tudo que defendemos e construímos desde o final da ditadura, e que ajudamos a consignar na Constituição de 1988.

Todas as forças democráticas e progressistas, bem como seus movimentos e entidades representativas, entre elas a Adusp, diante da possibilidade de continuidade dessas condições, não vacilaram e impuseram ao menos a derrota eleitoral do governo Bolsonaro-Mourão, evitando que perdurassem as ações calamitosas daquela gestão, cujas consequências permanecerão por um bom tempo.

Temos, portanto, uma longa trajetória de recomposição e reconstrução pela frente. Não se pode ignorar que tal derrota eleitoral não significou a derrota definitiva do bolsonarismo, nem das perspectivas que ele representa, haja vista a composição atual do congresso nacional e a eleição para alguns governos estaduais, apoiadores do finado governo federal.

No estado de São Paulo, um setor da extrema direita parece ter se incrustado no governo de Tarcísio de Freitas-Felício Ramuth. Ao trazer o ex-reitor Vahan Agopyan para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, esse governo revela convergência com o projeto privatizante das universidades públicas, caracterizado pela administração empresarial, especialmente a partir da gestão Zago-Vahan e do projeto encomendado à consultoria McKinsey, que segue em curso, haja vista as ações de sucessivas gestões na USP que incentivam e priorizam a relação da universidade com setores privados.

O aprofundamento desse projeto tem trazido consequências desastrosas para as universidades: os salários continuam arrojados; a carreira docente segue desvalorizada em todos os seus níveis, especialmente para colegas em início de carreira; e perduram as precárias condições de trabalho e a perspectiva produtivista, que coisifica a relação docente-trabalho acadêmico.

As sucessivas reitorias da USP têm adotado práticas antiacadêmicas, que não promovem o trabalho cooperativo e desvalorizam docentes e unidades de forma objetiva e subjetiva, a exemplo do processo de progressão horizontal e da competição entre unidades e departamentos, ou órgãos equivalentes, por vagas de reposição do quadro docente. As consequências são desastrosas também para a vida, com as dificuldades para fechar as contas do mês, a pressão produtivista, os obstáculos para conciliar vida familiar e trabalho, a preocupação com o futuro e o adoecimento cada vez mais presente – um cenário que afeta, em especial, as mulheres.

As perdas de direitos, sobretudo aqueles referentes à previdência, desvalorizam a carreira docente, que passa a se distinguir em estratos com realidades bastante distintas. Isso tende a suscitar, entre nós, uma fragmentação onde grupos de docentes são vistos equivocadamente como antagônicos. Essa divisão da categoria favorece o fortalecimento de setores – aí incluídas as gestões das universidades – que não atuam na defesa da universidade pública e de quem nela estuda e trabalha, haja vista as políticas de arrocho salarial e de sucateamento impostas, especialmente a partir de 2014.

A luta por salários, por condições dignas de trabalho, pelo restabelecimento dos direitos subtraídos é de nós todes! Dentre nós, as pessoas que não perderam direitos, por exemplo as aposentadorias integrais, não devem ser vistas como privilegiadas. Julgá-las como privilegiadas contribui para reforçar a retórica de que direitos são privilégios. Essa visão prejudica ainda mais as pessoas que tiveram direitos subtraídos e as induz a buscar medidas supostamente compensatórias, o que dificulta a luta necessária para a reversão de distorções que foram impostas por quem se utiliza de uma estratégia de destruição dos serviços públicos.

Para enfrentar essa realidade, será preciso lutar coletiva e organizadamente em torno de uma entidade representativa, que se coloque de modo independente e autônomo em relação a partidos políticos, governos e reitorias. Será preciso fortalecer a Adusp!

Em defesa do fortalecimento da mobilização sindical, como fator de participação democrática, conquista e preservação de direitos

Os direitos dos trabalhadores, também no setor da educação, não foram dádivas de governos, resultam de lutas históricas de movimentos populares e sindicais. São direitos arduamente conquistados à revelia das estruturas arcaicas de uma sociedade marcada por quase 400 anos de convívio com a escravidão. Qualquer fragilização da organização coletiva dos trabalhadores e demais setores oprimidos tende a favorecer projetos de sociedade refratários à justiça e aos direitos sociais.

O processo de desmobilização coletiva de trabalhadores e outros movimentos populares, que têm ocorrido desde as últimas décadas do século passado, acabou facilitando a escalada antidemocrática e o ataque aos direitos sociais, atingindo, de forma indiscriminada, a todas as categorias de trabalhadoras, trabalhadoras e trabalhadores.

Apenas a mobilização e a luta coletiva são capazes de fazer frente a esse cenário e é certo que a algumas categorias com maior acesso ao conhecimento e ao funcionamento das políticas públicas, cabe a responsabilidade histórica de participar desse processo com espírito e práticas solidárias.

Este é o chamado que se impõe, de forma prioritária, ao corpo docente da USP. Por conseguinte, os principais desafios para a Adusp nos próximos anos são: 1. fortalecer sua atuação e presença entre as, as e os docentes, enfrentando tanto as concepções antissindicais como as práticas institucionais que as estimulam; 2. favorecer a organização coletiva de professoras, professoras e professores em perspectiva trabalhista, de modo a possibilitar a preservação e a conquista de direitos; 3. continuar interagindo com outras categorias de trabalhadoras, trabalhadoras e trabalhadores e movimentos sociais na luta pela democratização da sociedade e pela superação das desigualdades no país.

Unidas, unides e unidos em defesa da Universidade pública e de condições dignas de trabalho

Não foram poucas as investidas que tivemos de enfrentar, por parte da gestão governamental passada, contra o caráter público das universidades estaduais, os institutos públicos de pesquisa e as agências financiadoras do estado.

Essas investidas não se limitaram à esfera do governo estadual, mas se estenderam para o interior da própria universidade, haja vista a condescendência que a gestão Agopyan-Hernandes seguiu dispensando para as ações das fundações privadas, para os cursos pagos e para as parcerias empresariais estimuladas para o financiamento da pesquisa na universidade. E, de fato, a gestão Carlotti-Arruda não tem dado mostras de abandonar essas práticas nem de se opor a essas diretrizes que ameaçam o caráter público e socialmente referenciado de nossas universidades.

Reafirmamos aqui nossas perspectivas e nosso compromisso de conduzir as lutas de maneira unificada, democrática e independente. Pretendemos construir um programa que dê continuidade e atualize as lutas desenvolvidas pela gestão que ora se encerra, considerando os seguintes pontos:

- a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e o combate à sua descaracterização e privatização;
- a luta pela democratização das instâncias de decisão na universidade e dos processos de escolha de seus dirigentes;
- a luta, em conjunto com o Fórum das Seis, por salários condizentes com a responsabilidade do trabalho acadêmico e pelo adequado financiamento público da universidade;
- a luta por melhores condições de trabalho, por uma carreira docente que atenda às necessidades e demandas de cada etapa da vida das, des e dos docentes;
- a luta pelo reconhecimento dos efeitos da pandemia de Covid19 sobre as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores docentes;
- a luta pela extinção da CERT, órgão aberrante por sua composição e atuação;
- a denúncia dos constrangimentos e injustiças provocadas pela avaliação docente gerencial;
- a luta pela recomposição e ampliação do quadro docente;
- a defesa do HU, do Centro Saúde Escola Butantã e das creches;
- a luta por políticas de acesso, de permanência e de moradia estudantil, e por programas de cotas sociais, étnico-raciais e para a população transgênero;
- a luta contra o racismo, a LGBTQIA+fobia, a discriminação e a violência de gênero, o capacitismo e a xenofobia;
- a luta pela verdade e memória das pessoas que tomaram em decorrência da ditadura militar e de formas posteriores de violência de Estado;
- o esforço contínuo de aproximação entre entidade e docentes;
- a defesa incontestada da educação pública, em todos os níveis.

A defesa e o fortalecimento do nosso sindicato são essenciais. A Adusp deve continuar sendo um sindicato de luta, construído pela base, autônomo, independente de governos, de partidos políticos e de administrações universitárias. Estas são condições fundamentais para dar continuidade às suas ações na universidade.

Por isso tudo, manifestamos nosso apoio à construção de um programa e de uma chapa para a Diretoria da Adusp, que dê continuidade às ações da gestão atual e consiga ampliá-las.

Assinam este manifesto

Adalgiza Fornaro (IAG)
Adrian Pablo Fanjul (FFLCH)
Adriana Pedrosa Biscaia Tufaile (EACH)
Alberto Tufaile (EACH)
Ana Lucia Brandimarte (IB)
Ana Lucia de Paula Muller (FFLCH)
André Machado Rodrigues (IF)
Ângela Hutchison (EACH)
Annie Schmaltz Hsiou (FFCLRP)
Beatriz Raposo de Medeiros (FFLCH)
Benedito Machado (FMRP)
Celso Eduardo Lins de Oliveira (FZEA)
César Gonçalves de Lima (FZEA)
César Minto (FE)
Ciro Teixeira Correia (IGc)
Daciberg Lima Gonçalves (IME)
Denise de La Corte Bacci (IGc)
Diamantino Pereira (EACH)
Eduardo do Nascimento Marcos (IME)
Eliana Rigo (FZEA)
Eliane Aparecida Del Lama (IGc)
Eliel Soares Orenha (FOB)
Elisabete Franco Cruz (EACH)
Elisabetta Santoro (FFLCH)
Elizabeth Araújo Lima (FM)
Elvio Rodrigues (FFLCH)
Ernane Costa (FZEA)
Fabiana Cristina Severi (FDRP)
Fabiana Jardim (FE)
Fabio Ramos Dias de Andrade (IGc)
Flávio Alicino Bockmann (FFCLRP)
Flávio Teixeira da Silva (EEL)
Francirosy Barbosa (FFCLRP)
Francisco Miraglia (IME)
Gabrielle Weber (EEL)
João Zanetic (IF)
Jorge Souto Maior (FD)
José Marcelino de Rezende Pinto (FFCLRP)
José Moura Gonçalves Filho (IP)
Katia de Souza Amorim (FFCLRP)
Leny Sato (IP)
Lucas Pereira de Melo (EERP)
Luciana Romano Morilas (FEARP)
Lucília Daruiz Borsari (IME)
Luiz Silveira Menna Barreto (EACH)
Manoel Fernandes de Sousa Neto (FFLCH)
Marcelo Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (FZEA)
Marcelo Montaña (EESC)
Marcelo Pompêo (IB)
Marcelo Zaiat (EESC)
Marcia Regina Car (EE)
Marco Antonio Brinati (EP)
Marcos Bernardino de Carvalho (EACH)
Marcos Nascimento Magalhães (IME)
Marcus Vinicius da Cunha (FFCLRP)
Maria Conceição B. de Mello e Souza (EERP)
Maria da Glória Motta Garcia (IGc)
Maria Izabel Ramalho Martins (IME)
Maria José Clapis (EERP)
Maria Luisa Sandoval Schmidt (IP)
Maria Rita Bertolozzi (EE)
Mario da Costa Campos Neto (IGc)
Marlene Guirado (IP)
Michele Schultz (EACH)
Noeli Prestes Padilha Rivas (FFCLRP)
Oswaldo Coggiola (FFLCH)
Otaviano Helene (IF)
Patricia Ferreira Monticelli (FFCLRP)
Patrícia Izar (IP)
Paulo Eduardo Moruzzi Marques (ESALQ)
Pierluigi Benevieri (IME)
Plauto C. A. Watanabe (FORP)
Primavera Borelli (FCF)
Regina Celia Fiorati (FMRP)
Renato de Moraes (IGc)
Rodrigo Ricupero (FFLCH)
Rosângela Sarteschi (FFLCH)
Rubens Barbosa de Camargo (FE)
Sergio Souto (FZEA)
Silvio R. F. Vlach (Igc)
Soraia Chung Saura (EEFE)
Suzana Salem (IF)
Teise Garcia (FFCLRP)
Tercio Redondo (FFLCH)
Vanessa Monte (FFLCH)
Vima Lia de Rossi martin (FFLCH)
Waldir Beividas (FFLCH)
Wilfried Klein (FFCLRP)